

Kazu: "terras ocupadas por brancos não farão falta aos índios"

Recentemente em matéria veiculada neste bi-semanário, o deputado estadual Kazu Sano (PMDB), foi duramente criticado devido a sua posição no caso da reserva indígena dos Zoró — uma área de terra de 431 hectares, dentro dos quais estava incluído o distrito de Paraíso da Serra (Aripuanã), criado pelo Projeto de Lei do mesmo deputado, originando daí, mais um conflito pela posse da terra, desta vez entre brancos e índios. Nesta edição o deputado explica sua posição no caso das terras dos Zoró, salientando que ele é a favor do ser humano, independente de cor, credo ou raça, desde que esteja em desvantagem.

Numa localidade do município de Aripuanã, seis mil colonos efetuaram por conta própria uma reforma agrária e começaram a produzir em 130 mil hectares. O fruto desse trabalho rendeu ao Mato Grosso em dois meses, a quantia de 830 mil cruzados e 430 mil pés de café prontos para a colheita.

Embasado nesses números o deputado Kazu Sano (PMDB), apresentou Projeto de Lei criando o distrito de Paraíso da Serra. Depois de tramitar normalmente pela Assembléia Legislativa, o projeto foi aprovado e enviado para ser sancionado pelo Governo Estadual o que depois de algum tempo foi feito. Neste meio tempo foi criada a reserva indígena dos Zoró com 431 hectares, dentro dos quais estavam incluídos os 120 mil dos brancos. A partir daí, a confusão estava formada. O governador entendeu que deveria enviar ao Poder Legislativo o projeto para ser revogado.

Contudo o deputado Kazu Sano não concorda com a simples revogação, isto porque quando fez o projeto tinha conhecimento de um parecer dado por uma comissão formada por membros da secretaria estadual de Assuntos Fundiários, da Funai e do Incra, que recomendava a divisão da área de 431 mil hectares, contudo esse estudo não foi respeitado.

Kazu Sano não discute o mérito

da criação da Reserva e muito menos da revogação da Lei de criação do distrito, até porque no entendimento jurídico, o fato da existência de uma Lei maior, um Decreto Presidencial criando a reserva já invalida a primeira Lei de criação do distrito. Sua preocupação básica é com os colonos instalados há mais de 10 anos, na região.

O parlamentar quer apenas e tão somente, que seja dada uma solução condigna para as setecentas famílias que ajudam a região a se desenvolver, pagando seus impostos contribuindo para o engrandecimento do estado de Mato Grosso. Kazu que foi criticado em matéria veiculada neste bi-semanário explica sua posição.

Handwritten mark

TC — Deputado afinal o senhor é a favor dos invasores ou dos índios?

KS — Sou a favor do ser humano independente de cor, credo ou raça, desde que ele esteja em desvantagem, e no caso específico do distrito Paraíso da Serra quem está em desvantagem são os seis mil brancos.

TC — Como acha que deve ser resolvida a questão?

KS — O problema reconheço é complexo, porém no meu entender é possível de solução. O que não pode acontecer é jogar esses colonos na rua da amargura depois de todos os sofrimentos. Afinal, num país onde não se consegue fazer a Reforma Agrária através de órgãos governamentais, não se pode condenar esses seis mil colonos, que deram exemplo e se assentaram sozinhos, sem depender de ninguém.

TC — O senhor não respondeu a pergunta.

KS — Bem, então vejamos existem duas maneiras de resolve-la. A primeira, deixa-se a demagogia de lado e os colonos permanecem no local. Isto porque, os 120 mil hectares ocupados pelos brancos não farão falta para o índio que continuará com 311 mil, terra suficiente para suas atividades. Segundo, tira-se os brancos e cria-se novo problema para o Governo Estadual que terá de fazer a desapropriação de outra área para abrigar as setecentas famílias de colonos.

TC — O senhor não está sendo parcial defendendo apenas a criação do distrito, fruto de um projeto de sua autoria?

KS — Em absoluto. Quando apresentei o projeto a Reserva ainda não havia sido criada ou demarcada e como eu sabia da existência de um parecer dado por uma comissão criada pela secretaria estadual de Assuntos Fundiários, Funai e Incra no qual é recomendada a divisão da área de 431 hectares, jamais imaginei que ao ser efetivada a criação da Reserva, este parecer fosse relegado a segundo plano. Isto não é próprio de uma democracia que quer acertar.

TC — O que me diz da retirada ilegal de madeira da região?

KS — Veja bem, temos que analisar pelos dois lados, embora um erro não justifique o outro. Segundo me consta também os índios e a Funai estão retirando ~~ilegalmente~~ madeira da região. Assim a devastação está sendo feita. A questão do desmatamento é outro problema e merece um estudo a parte, pois a medida punitiva deve ser feita para os dois lados, entende-se dos lado dos índios à Funai.

TC — Não entendi. Sua explicação não foi clara.

KS — Ora veja bem, não estamos falando das ilegalidades que acontecem no distrito de Paraíso da Serra e sim dos colonos ali existentes. O problema da retirada ilegal da madeira deve ser resolvida pela polícia. Precisamos defender os 411 trabalhadores rurais e 120 produtores perfazendo um total de 700 famílias, que com seu suor, contribuem para o desenvolvimento da região haja vista a arrecadação de 843 mil cruzados em dois meses e cerca de 450 mil pés de café prontos para a colheita.

TC — Ao tomar essa posição o senhor não está contrariando os interesses indígenas?

KS — Jamais posso ser acusado disso. A minha atuação parlamentar como defensor da ecologia desdiz isso. Sempre defendi os índios, porém não posso concordar que injustiças sejam praticadas em nome deles, no caso a Funai e as missões evangélicas e católicas, em detrimento de outra minoria, posto que os agricultores são minoria no universo produtivo do país. Quando os índios forem ameaçados eu saberei também defendê-los desde que, a causa seja justa.

TC — Por que o senhor defende posseiros de área indígena, enquanto grandes latifúndios são poupados?

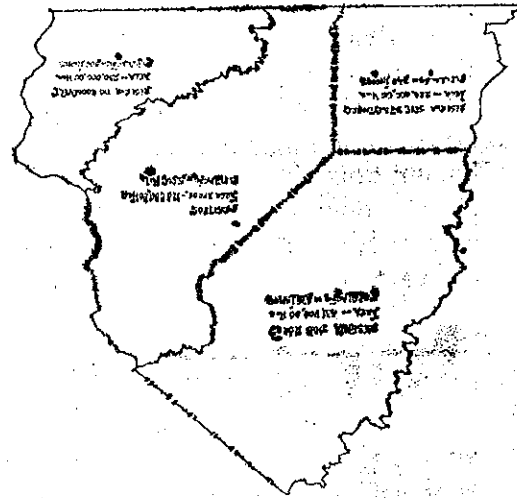
KS — Construí minha carreira política defendendo os interesses de classes menos favorecidas. Da meia centena de focos de "tensão social" no Estado, apenas em um ou outro, o interesse do índio estava em xeque. A esmagadora maioria era de posseiros invadindo grandes latifúndios e em todas me fiz presente e não será agora que vou ficar omissos, mesmo que isto me custe críticas.

TC — Qual o seu envolvimento com grupos empresariais com interesse na região norte?

KS — Nenhum. Não conheço nenhum empresário da região e não faço questão de conhecer.

TC — O senhor está defendendo votos para o próximo pleito?

KS — Qualquer político, sempre que toma uma posição ou decisão ele contraria ou beneficia os interesses de alguns e até mesmo dele próprio. Como estamos expostos a tais críticas não podemos e nem devemos nos amedrontar. Acima de tudo devemos ter coerência, coragem, honestidade e autenticidade. Se teremos votos ou não só as urnas dirá.



O MAPA DO CONFLITO

TC — Afinal o que o senhor quer?

KS — Faço questão absoluta que os seis mil brancos sejam tratados com caridade e justiça pelas autoridades. Se querem toda a área para os índios não há o que se fazer. Porém não permitirei que os colonos brasileiros sejam jogados às margens das rodovias para depois encontrar a solução para o problema. É preciso que outras terras lhes sejam destinadas, com toda a assistência técnica e financeira. Do contrário não me fale em Reforma Agrária. Sem o assentamento dos sem-terra não vejo lógica em tirar os assentados e que não são latifundiários.

TC — Qual a solução?

KS — Se não querem dar os 130 hectares para os brancos e os 311 para os índios, abrimos uma área e não a toque de caixa, para os colonos. Volto a repetir, quero solução para os seis mil brancos já que os 175 índios tem seus problemas resolvidos com a posse de 431 hectares.